



4º SIMULADO

ÁREA POLICIAL

PF/PRF

CICLO BÁSICO

COM CORREÇÃO



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Exclusivo para Assinantes

4º Simulado área Policial (PF/PRF)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos gerais e específicos comuns às duas carreiras;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores seguindo o perfil Cespe/Cebraspe, do tipo CERTO ou ERRADO, que aplicou os últimos concursos da PF e PRF;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail aos alunos assinantes, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO na área do aluno APENAS para os alunos assinantes. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.**
- 8 – **A Correção do Simulado é EXCLUSIVA** aos alunos assinantes que adquiriram uma das nossas Assinaturas Ilimitadas* e será transmitida na área do aluno.
- 9 – Apenas os assinantes terão acesso ao Gabarito do Simulado e ao Ranking Classificatório que serão divulgados na área do aluno após a correção da prova.

PREENCHA O GABARITO NO LINK: <http://bit.ly/Simulado-Policial-04>

- | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 – (C) (E) | 21 – (C) (E) | 41 – (C) (E) | 61 – (C) (E) |
| 02 – (C) (E) | 22 – (C) (E) | 42 – (C) (E) | 62 – (C) (E) |
| 03 – (C) (E) | 23 – (C) (E) | 43 – (C) (E) | 63 – (C) (E) |
| 04 – (C) (E) | 24 – (C) (E) | 44 – (C) (E) | 64 – (C) (E) |
| 05 – (C) (E) | 25 – (C) (E) | 45 – (C) (E) | 65 – (C) (E) |
| 06 – (C) (E) | 26 – (C) (E) | 46 – (C) (E) | 66 – (C) (E) |
| 07 – (C) (E) | 27 – (C) (E) | 47 – (C) (E) | 67 – (C) (E) |
| 08 – (C) (E) | 28 – (C) (E) | 48 – (C) (E) | 68 – (C) (E) |
| 09 – (C) (E) | 29 – (C) (E) | 49 – (C) (E) | 69 – (C) (E) |
| 10 – (C) (E) | 30 – (C) (E) | 50 – (C) (E) | 70 – (C) (E) |
| 11 – (C) (E) | 31 – (C) (E) | 51 – (C) (E) | 71 – (C) (E) |
| 12 – (C) (E) | 32 – (C) (E) | 52 – (C) (E) | 72 – (C) (E) |
| 13 – (C) (E) | 33 – (C) (E) | 53 – (C) (E) | 73 – (C) (E) |
| 14 – (C) (E) | 34 – (C) (E) | 54 – (C) (E) | 74 – (C) (E) |
| 15 – (C) (E) | 35 – (C) (E) | 55 – (C) (E) | 75 – (C) (E) |
| 16 – (C) (E) | 36 – (C) (E) | 56 – (C) (E) | 76 – (C) (E) |
| 17 – (C) (E) | 37 – (C) (E) | 57 – (C) (E) | 77 – (C) (E) |
| 18 – (C) (E) | 38 – (C) (E) | 58 – (C) (E) | 78 – (C) (E) |
| 19 – (C) (E) | 39 – (C) (E) | 59 – (C) (E) | 79 – (C) (E) |
| 20 – (C) (E) | 40 – (C) (E) | 60 – (C) (E) | 80 – (C) (E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****Elas devem se mexer muito mais**

O resultado do terceiro levantamento feito pela Aliança Global para Atividade Física de Crianças — entidade internacional dedicada ao estímulo da adoção de hábitos saudáveis pelos jovens — foi decepcionante. Realizado em 49 países de seis continentes com o objetivo de aferir o quanto crianças e adolescentes estão fazendo exercícios físicos, o estudo mostrou que eles estão muito sedentários. Em 75% das nações participantes, o nível de atividade física praticado por essa faixa etária está muito abaixo do recomendado para garantir um crescimento saudável e um envelhecimento de qualidade — com bom condicionamento físico, músculos e esqueletos fortes e funções cognitivas preservadas. De “A” a “F”, a maioria dos países tirou nota “D”.

O resultado apresenta praticamente os mesmos índices registrados nos dois levantamentos anteriores, em 2014, em 15 países, e em 2016, com a participação de 38 nações. Significa que nesses quatro anos nada mudou. A principal causa do sedentarismo infantil está associada ao estilo de vida contemporâneo, baseado no uso de carros para ir de um lugar ao outro, em poucos espaços ao ar livre para brincar e no tempo excessivo passado online, em redes sociais e jogos. “Tudo isso coloca as novas gerações em um caminho perigoso”, disse Mark Tremblay, presidente da Aliança e professor da Universidade de Ottawa, no Canadá.

Desafios pela frente

O sedentarismo é fator de risco para diversas doenças, a começar pela obesidade e diabetes. Sem tratamento, a combinação das três condições leva a desfechos como o infarto e o acidente vascular cerebral. Mais recentemente, a falta ou pouca atividade física também foi vinculada ao desenvolvimento do câncer, mesmo que de forma indireta, ao facilitar o ganho de peso. A obesidade figura entre os gatilhos para o desenvolvimento de vários tumores, entre eles o de mama. Em seu alerta, feito durante o anúncio dos resultados, na segunda-feira 26, Tremblay lembrou os desafios que os jovens terão pela frente em um mundo que passa por mudanças climáticas importantes e rápidas transformações tecnológicas. “Eles precisarão estar fisicamente bem e se tornar adultos resilientes, que sobrevivam a isso tudo e ajudem a mudar o mundo”, ressaltou o médico.

As conclusões deixam claro que enfrentar a inatividade física infantil exige uma abordagem ampla que envolva aplicação de políticas públicas, incentivo familiar e escolar e mudança de cultura. Na Eslovênia, que obteve algumas das melhores notas, o esporte é um item da identidade nacional. No Japão, desde 1953 vigora uma lei determinando a “prática da caminhada para a escola”. Ela estabelece que escolas do ensino fundamental sejam localizadas a não mais do que quatro quilômetros da residência do estudante e que as de

ensino médio não podem ficar a mais de seis quilômetros da casa do aluno.

“As crianças têm poucas chances de fazer exercício dentro e fora da escola” Diego Silva, professor da Universidade Federal de Santa Catarina

As médias brasileiras seguem os níveis pífios encontrados na maioria dos outros países. O país não tirou nenhuma nota “A” nos itens analisados — de atividade física em geral a estímulo familiar e na escola. A melhor avaliação foi no quesito “esporte organizado”, no qual o País tirou nota “C+”. O coordenador da parte brasileira foi Diego Augusto Santos Silva, professor de educação física da Universidade Federal de Santa Catarina. “A situação do Brasil é preocupante. As crianças e adolescentes têm poucas oportunidades de prática de atividade física dentro e fora da escola”, afirma. O documento aponta três prioridades para o Brasil: implantar políticas de estímulo em todo o território (muitas regiões não contam com nada nesse sentido), tornar a educação física prioridade nas escolas e melhorar a estrutura das cidades assegurando às crianças parques e ruas seguras onde possam brincar ao ar livre.

Revista Isto é. Disponível em
<<https://istoe.com.br/elas-devem-se-mexer-muito-mais/>>

Julgue os itens 1 a 10 de acordo com as ideias contidas no texto:

1. De 2014 a 2018, aumentou o número de países que enfrentam a necessidade de combater o sedentarismo de crianças e adolescentes.

Comentários:

De acordo com o primeiro parágrafo, um estudo foi “Realizado em 49 países de seis continentes com o objetivo de aferir o quanto crianças e adolescentes estão fazendo exercícios físicos”.

Já no segundo parágrafo, o autor relata que “O resultado apresenta praticamente os mesmos índices registrados nos dois levantamentos anteriores, em 2014, em 15 países, e em 2016, com a participação de 38 nações”. Em seguida, ele acrescenta que “Significa que nesses quatro anos nada mudou”.

Portanto, de acordo com o texto, uma vez que não houve mudanças nesses quatro anos, NÃO se pode afirmar que AUMENTOU o número de países que enfrentam a necessidade de combater o sedentarismo de crianças e adolescentes.

Gabarito: ERRADO

2. De acordo com o texto, a diabetes está associada ao desenvolvimento do câncer.

Comentários:

No terceiro parágrafo, o autor afirma que "O sedentarismo é fator de risco para diversas doenças, a começar pela obesidade e diabetes. [...] Mais recentemente, a falta ou pouca atividade física também foi vinculada ao desenvolvimento do câncer, mesmo que de forma indireta, ao facilitar o ganho de peso."

Como se observa, o autor mostra que existe uma relação entre o sedentarismo e a diabetes, bem como entre o sedentarismo e o desenvolvimento do câncer. Porém NÃO se pode concluir que existe uma relação entre a diabetes e o desenvolvimento do câncer. Ocorreu aqui uma extrapolação.

Gabarito: ERRADO

3. De acordo com o Presidente da Aliança Global para Atividade Física de Crianças, os jovens devem praticar atividades físicas como forma de se preparar para as mudanças climáticas e transformações tecnológicas.

Comentários:

O texto relata a publicação de um novo estudo, realizado pela Aliança Global para Atividade Física de Crianças, dando conta do sedentarismo de crianças e adolescentes.

No terceiro parágrafo, o texto traz a informação de que, durante o anúncio dos resultados do estudo, o presidente da referida aliança afirmou que "Eles [os jovens] precisarão estar fisicamente bem e se tornar adultos resilientes, que sobrevivam a isso tudo [mudanças climáticas importantes e rápidas transformações tecnológicas] e ajudem a mudar o mundo", ressaltou o médico."

Portanto, a afirmação está correta.

Gabarito: CERTO

4. "Eles precisarão estar fisicamente bem e se tornar adultos resilientes, que sobrevivam a isso tudo e ajudem a mudar o mundo", ressaltou o médico.

No período acima, extraído do primeiro parágrafo, o adjetivo resilientes poderia ser substituído por "fortes", mantendo a correção gramatical e o sentido original do texto.

Comentários:

Ainda que não se saiba o significado da palavra "resilientes", pode-se inferi-lo no contexto. Observe que o autor afirma inicialmente que "Eles precisarão estar fisicamente bem". Adiante ele informa "que sobrevivam a isso tudo e ajudem a mudar o mundo". Daí é possível concluir que o adjetivo "resilientes" é sinônimo de "fortes" realmente, ou seja, a substituição proposta manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Gabarito: CERTO

5. Ela estabelece que escolas do ensino fundamental sejam localizadas a não mais do que quatro quilômetros da residência do estudante e que as de ensino médio não podem ficar a mais de seis quilômetros da casa do aluno.

O sentido original do período acima seria preservado caso a locução verbal podem ficar fosse substituída por fiquem.

Comentários:

Da leitura do período acima, observa-se que o autor faz uso do presente do subjuntivo (sejam localizadas). Logo a substituição da locução verbal "podem ficar" pela forma verbal "fiquem" (presente do subjuntivo do verbo "ficar") – manteria a correção gramatical e o sentido original do texto. Vejamos como ficaria o texto:

Ela estabelece que escolas do ensino fundamental sejam localizadas a não mais do que quatro quilômetros da residência do estudante e que as de ensino médio não fiquem a mais de seis quilômetros da casa do aluno.

Gabarito: CERTO

6. Eles devem se mexer muito mais

No título do texto, a partícula se poderia ter sido empregada em posição enclítica ao verbo mexer, tendo em vista que esse se encontra no infinitivo impessoal.

Comentários:

O emprego de forma verbal no infinitivo é um dos casos de uso da ênclise. Ou seja, nesse caso, o pronome poderia ser colocado após o verbo "mexer", em posição enclítica – Eles devem mexer-se muito mais, já que o verbo "mexer" se encontra no infinitivo impessoal.

Gabarito: CERTO

7. Na Eslovênia, que obteve algumas das melhores notas, o esporte é um item da identidade nacional.

A remoção da vírgula após o termo Eslovênia não prejudicaria a correção gramatical tampouco o sentido original do período acima, uma vez que o adjunto adverbial deslocado Na Eslovênia é de curta extensão.

Comentários:

A vírgula após o termo “Eslovênia” foi utilizada para introduzir a oração subordinada adjetiva explicativa “que obteve algumas das melhores notas”. Ou seja, a remoção da vírgula alteraria o sentido original do texto, já que essa oração passaria a ser subordinada adjetiva restritiva.

Gabarito: ERRADO

8. “Eles precisarão estar fisicamente bem e se tornar adultos resilientes, que sobrevivam a isso tudo e ajudem a mudar o mundo”, ressaltou o médico.

Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho precisarão estar poderia ser substituído por precisarão estarem.

Comentários:

Em locuções verbais, apenas o verbo auxiliar deve ser flexionado, ou seja, deve ser utilizado o infinitivo impessoal (precisarão estar). Logo, o emprego da forma “precisarão estarem” seria indevido.

Gabarito: ERRADO

9. O documento aponta três prioridades para o Brasil: implantar políticas de estímulo em todo o território (muitas regiões não contam com nada nesse sentido), tornar a educação física prioridade nas escolas e melhorar a estrutura das cidades assegurando às crianças parques e ruas seguras onde possam brincar ao ar livre.

A correção gramatical e o sentido original do período acima seriam preservados caso fosse suprimido o acento indicativo de crase em às crianças.

Comentários:

O verbo “assegurar” é transitivo direto e indireto (assegura algo a alguém). No período acima, a expressão “parques e ruas seguras” é o objeto direto, e “às crianças” é o objeto indireto.

Portanto, a crase foi empregada devido à regência do verbo “assegurar” e por vir seguido de palavra feminina (crianças). Esse é um caso de uso obrigatório da crase, ou seja, sua supressão prejudicaria a correção gramatical do texto.

Gabarito: ERRADO

10. Os vocábulos “saudáveis” e “anúncio” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

Comentários:

As duas palavras são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo oral (sau-dá-veis; a-nún-cio).

Gabarito: CERTO**Experiências traumáticas na infância podem alterar estrutura do cérebro**

Passar por experiências traumáticas na infância pode alterar a estrutura do cérebro e aumentar o risco de desenvolver depressão grave na vida adulta, afirma estudo publicado recentemente no *The Lancet Psychiatry*. Segundo os pesquisadores, crianças que sofrem abusos físicos e/ou emocionais na primeira fase da vida podem apresentar um córtex insular menor. A ínsula, como também é conhecida essa parte do cérebro, é responsável por regular as emoções.

“Os resultados apontam que traumas de infância levam a alterações na estrutura cerebral e isso gera recorrência da depressão e piores resultados [de tratamento]”, comentou Nils Opel, principal autor do estudo, ao *New Scientist*. Para a equipe, essa descoberta pode ajudar a definir novas formas de tratamento para este grupo de pacientes.

O estudo

Os cientistas da Universidade de Münster, na Alemanha, chegaram a esta conclusão depois de analisar o cérebro de 110 pacientes que foram internados e passavam por tratamento hospitalar devido ao diagnóstico de depressão. Os participantes – com idades entre 18 e 60 anos – responderam a um questionário detalhado sobre a vivência de traumas na infância. Eles também foram submetidos a ressonância magnética para investigar alterações na estrutura cerebral. A equipe ainda verificou o histórico de abuso físico e/ou emocional, negligência física e/ou emocional e violência sexual durante a infância.

Ao longo de dois anos de acompanhamento, os pesquisadores notaram que 75 pacientes tiveram uma recaída, apesar do tratamento constante. Eles perceberam também que traumas na infância e relapso depressivo estão associados à redução na área superficial do córtex. Isso levou à conclusão de que indivíduos com histórico de abuso na infância que apresentam um córtex insular menor estão mais propensos a uma recaída.

“Os resultados sugerem que pessoas com depressão que sofreram abuso quando crianças podem precisar de tratamento especializado”, explicou. Por causa disso, ele sugere que pesquisas psiquiátricas futuras devem explorar essas descobertas e verificar como elas podem ser traduzidas em melhores cuidados e tratamentos para favorecer os resultados dos pacientes a terapia.

Depressão

A depressão é um transtorno psiquiátrico que pode ser desencadeado por diversos fatores, como carga genética e ambiente onde o indivíduo está inserido. No entanto, os especialistas ainda não chegaram a um consenso sobre qual deles é predominante. No Brasil, estima-se que sejam diagnosticados aproximadamente 2 milhões de casos por ano e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 30% da população mundial vai enfrentar algum episódio de depressão ao longo da vida.

Apesar de a doença ser comumente identificada durante a vida adulta, pesquisas indicam que cerca de 50% dos pacientes nessa faixa etária apontaram a aparição dos sintomas antes dos 18 anos.

Tratamento

Para casos leves, o tratamento para a depressão é psicoterapia – que muitas vezes incluem as famílias. Em casos moderados e graves, medicação associada à psicoterapia. O que define a gravidade da doença é a intensidade dos sintomas, o grau de prejuízo na vida do paciente e a presença de pensamentos ou tentativas suicidas. “A avaliação por psiquiatras pode ajudar muito a definir qual a melhor conduta em cada caso. E, é claro, a identificação precoce dos sintomas e o adequado encaminhamento para atendimento por um profissional especializado”, disse Arthur Danila, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, à BBC.

É importante ressaltar que abusos físicos, emocionais e sexuais de uma criança precisam ser tratados tão logo sejam descobertos. Além disso, adultos que passaram por experiências traumáticas na infância devem procurar ajuda de um profissional de saúde mental para tratar as consequências do problema, que podem refletir na vida adulta, prejudicando relacionamentos e a carreira profissional, além de aumentar riscos de saúde.

Revista Veja. Disponível em
<<https://veja.abril.com.br/saude/experiencias-traumaticas-na-infancia-podem-alterar-estrutura-do-cerebro/>>

Julgue os itens 11 a 20 de acordo com as ideias contidas no texto:

11. Abusos físicos e/ou emocionais na primeira fase da vida podem causar a diminuição da área do cérebro responsável por regular emoções, e isso pode trazer consequências para a fase adulta.

Comentários:

No primeiro parágrafo, o autor afirma que “Segundo os pesquisadores, crianças que sofrem abusos físicos e/ou emocionais na primeira fase da vida podem apresentar um córtex insular menor”.

Já no último parágrafo, ele aponta que “adultos que passaram por experiências traumáticas na infância devem procurar ajuda de um profissional de saúde mental para tratar as consequências do problema, que

podem refletir na vida adulta, prejudicando relacionamentos e a carreira profissional, além de aumentar riscos de saúde”.

Portanto a afirmação está correta.

Gabarito: CERTO

12. Um menor tamanho do córtex insular está relacionado com a maior incidência de quadros depressivos.

Comentários:

No primeiro parágrafo, o autor afirma que “Segundo os pesquisadores, crianças que sofrem abusos físicos e/ou emocionais na primeira fase da vida podem apresentar um córtex insular menor”.

Já no segundo parágrafo, ele reproduz a fala do Sr. Nils Opel: “Os resultados apontam que traumas de infância levam a alterações na estrutura cerebral e isso [alterações na estrutura do cérebro] gera recorrência da depressão e piores resultados [de tratamento]”.

Gabarito: CERTO

13. Cerca de um terço da população mundial vai enfrentar pelo menos um episódio de depressão, durante a vida adulta, decorrente de abusos sofridos na infância.

Comentários:

Esse é um típico caso de erro por extrapolação. O primeiro parágrafo do texto informa que “traumas de infância levam a alterações na estrutura cerebral e isso gera recorrência da depressão”.

Já no sexto parágrafo, é relatado que “pelo menos 30% da população mundial vai enfrentar algum episódio de depressão ao longo da vida”.

No entanto, não é possível afirmar que toda essa parcela de quadros de depressão seja decorrente de traumas de infância. Até porque também não é possível afirmar que um terço da população mundial tenha sofrido abusos na primeira fase da vida.

Gabarito: ERRADO

14. “Os resultados apontam que traumas de infância levam a alterações na estrutura cerebral e isso gera recorrência da depressão e piores resultados [de tratamento]”

A substituição do substantivo recorrência por ocorrência manteria a correção gramatical e o sentido do texto.

Comentários:

O substantivo "ocorrência" diz respeito à "ação de ocorrer/acontecer". Por sua vez, o substantivo "recorrência" está relacionado à "ação de VOLTAR a ocorrer/acontecer". Ou seja, possuem significados distintos. Logo, a substituição proposta alteraria o sentido do texto.

Gabarito: ERRADO

15. "Ao longo de dois anos de acompanhamento, os pesquisadores notaram que 75 pacientes tiveram uma recaída, apesar do tratamento constante."

O vocábulo *recaída*, no primeiro período do quarto parágrafo, remete ao histórico de abusos físicos e emocionais vivenciados pelos pacientes.

Comentários:

O termo "recaída" é utilizado na medicina para indicar o reaparecimento dos sintomas de uma doença. Vejamos o que autor afirma no segundo parágrafo do texto:

"Os resultados apontam que traumas de infância levam a alterações na estrutura cerebral e isso gera recorrência da depressão e piores resultados [de tratamento]".

Já no terceiro parágrafo, ele afirma o que segue:

"Os cientistas da Universidade de Münster, na Alemanha, chegaram a esta conclusão depois de analisar o cérebro de 110 pacientes que foram internados e passavam por tratamento hospitalar devido ao diagnóstico de depressão".

Logo o vocábulo "recaída" empregado no quarto parágrafo remete à DEPRESSÃO sofrida por pessoas que passaram por experiências traumáticas na infância.

Gabarito: ERRADO

16. Apesar de a doença ser comumente identificada durante a vida adulta, pesquisas indicam que cerca de 50% dos pacientes nessa faixa etária apontaram a aparição dos sintomas antes dos 18 anos.

A locução conjuntiva apesar de introduz uma oração coordenada sindética adversativa.

Comentários:

A expressão "apesar de" é uma locução conjuntiva concessiva, ou seja, introduz oração subordinada adverbial concessiva.

Gabarito: ERRADO

17. Em casos moderados e graves, medicação associada à psicoterapia.

No trecho acima, extraído do penúltimo parágrafo, a vírgula foi empregada para marcar a omissão de um termo.

Comentários:

Vejamos os dois primeiros períodos do penúltimo parágrafo:

"Para casos leves, o tratamento para a depressão é psicoterapia – que muitas vezes incluem as famílias. Em casos moderados e graves, medicação associada à psicoterapia".

Como se observa, a vírgula após o termo "graves" foi empregada devido à elipse da expressão "o tratamento para a depressão é" – Em casos moderados e graves [o tratamento para a depressão é] medicação associada à psicoterapia.

Gabarito: CERTO

18. No Brasil, estima-se que sejam diagnosticados aproximadamente 2 milhões de casos por ano e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 30% da população mundial vai enfrentar algum episódio de depressão ao longo da vida.

Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho pelo menos 30% da população mundial vai enfrentar poderia ser reescrito da seguinte forma: pelo menos 30% da população mundial vão enfrentar.

Comentários:

Com porcentagem, a concordância deve ser feita com o núcleo do sujeito. Nesse caso, como o núcleo do sujeito está no singular (população), o verbo deve ser flexionado no singular (vai enfrentar). Portanto a substituição proposta prejudicaria a correção gramatical.

Gabarito: ERRADO

19. Isso levou à conclusão de que indivíduos com histórico de abuso na infância que apresentam um córtex insular menor estão mais propensos a uma recaída.

Seria proibido o uso da crase caso o verbo levou fosse substituído por ensejou.

Comentários:

O verbo "ensejar" é transitivo direto (enseja algo). Logo, como não há presença da preposição "a" NÃO se deve realmente utilizar a crase caso fosse utilizado o verbo "ensejar", ou seja, o uso da crase seria proibido.

Gabarito: CERTO



20. No Brasil, estima-se que sejam diagnosticados aproximadamente 2 milhões de casos por ano e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 30% da população mundial vai enfrentar algum episódio de depressão ao longo da vida.

No parágrafo acima, a partícula “se” foi empregada para indeterminar o sujeito da oração.

Comentários:

O verbo “estimar” é transitivo direto (estima algo). Como o verbo NÃO é transitivo indireto ou intransitivo, o “se” NÃO pode ser índice de indeterminação do sujeito.

Nesse caso, a oração se encontra na voz passiva sintética (estima-se isso). Logo o “se” é partícula apassivadora.

A oração “que sejam diagnosticados aproximadamente 2 milhões de casos por ano” exerce o papel de sujeito paciente, ou seja, é uma oração subordinada substantiva subjetiva.

Gabarito: ERRADO

RADORACIOCÍNIO LÓGICO

21. Em um escritório ficou determinado que, durante um determinado período, o ar condicionado não poderá ficar ligado mais de oito horas por dia. Além disso, caso o ar condicionado seja ligado por mais de seis horas, nos dias seguintes o mesmo não poderá ficar ligado por mais de quatro horas por dia. Sabendo que no último dia do período não exista restrição para o tempo de uso para o ar condicionado, então o tempo máximo que esse ar condicionado poderá ficar ligado, em um período de sete dias seguidos, será igual a 44 horas.

Comentários:

A questão cobra conceitos sobre operações com números naturais.

A banca quer saber o tempo máximo que o ar condicionado pode ficar ligado num período de sete dias seguidos.

Do enunciado do texto é possível tirar algumas conclusões, são elas:

O ar condicionado não poderá ficar ligado por mais de 8 horas por dia.

Se ultrapassar 6 horas de uso por dia, haverá punição para o dia subsequente, sendo que nos próximos dias não poderá ultrapassar quatro horas de uso.

Mesmo não sabendo quantos dias o termo “nos próximos dias” se refere, podemos chegar a seguinte conclusão:

Se são sete dias, e queremos saber o número máximo de horas que poderá ser utilizado o ar condicionado, podemos utilizar o último dia no máximo de horas (8 horas), pois este será o prazo final. Assim, nos dias 01

até 06, devemos utilizar apenas 6 horas diárias, pois se ultrapassarmos sofreremos penalidade. E no dia 7, utilizaremos por 8 horas, pois a penalidade não nos importará.

Portanto, o número de horas máximo será:

6 dias x 6 horas + 8 horas = 44 horas.

Desta forma, o tempo máximo que esse ar condicionado poderá ficar ligado, em um período de sete dias seguidos é de 44 horas.

Gabarito: Correto

22. Uma televisão de última geração é vendida no mercado formal por R\$ 6.500,00. Com o passar dos anos, qualquer produto vendido no mercado sofre uma desvalorização no preço de venda. Considere que essa televisão sofra uma desvalorização linear, ano a ano, e que, em 6 anos, o preço de venda dessa televisão passará a ser de R\$ 3.500,00. Dessa forma, julgue o item a seguir:

O valor de venda da televisão será após 5 anos do valor avaliado em R\$3.500,00, inferior a R\$1.000,00.

Comentários:

A questão cobra conhecimento sobre proporcionalidade. Pelo enunciado da questão, sabemos que em 6 anos, a televisão que custava R\$ 6.500,00, passou a custar R\$ 3.500, ou seja, desvalorizou R\$ 3.000,00.

Desta forma, em 6 anos esta televisão teve uma desvalorização de R\$ 3.000,00, sabemos que a cada ano, a televisão desvaloriza R\$ 500,00.

$$\frac{3.000}{6} = 500,00$$

Assim, passados 5 anos da data da avaliação por R\$ 3.500,00, a televisão desvalorizará mais 2.500 (5 anos x 500,00). Portanto, a televisão terá o valor de venda avaliado em R\$ 1.000,00 (3.500 – 2.500).

Dessa forma, nosso gabarito está incorreto.

Gabarito: Errado

23. De acordo com os conjuntos numéricos e operações com frações e números racionais, julgue o item a seguir. É correto afirmar que $(\sqrt[3]{16})^6$ é um número inteiro.

Comentários:

Vamos analisar o que a questão afirma:

- $(\sqrt[3]{16})^6$ é um número inteiro.

Os números inteiros são os números positivos e negativos.

A raiz cúbica de 16 vale: $16^{\frac{1}{3}}$. Assim, esta expressão, fica:

$$(16^{\frac{1}{3}})^6$$

Mantemos a base e multiplicando os expoentes, o resultado será:

$$16^{\frac{1}{3} \times 6}$$

$$16^2$$

Sabemos que um número inteiro elevado ao quadrado resulta em um número inteiro, desta forma, item correto.

Gabarito: Correto

24. Uma companhia de processamento de dados possui uma matriz em Florianópolis e uma filial em Criciúma, sendo que a matriz é responsável por 60% do faturamento mensal da companhia. No último mês, o faturamento da matriz sofreu um aumento de 30% e o faturamento da filial sofreu um aumento de 10%.

Com base nessas informações, é correto afirmar que o aumento real no faturamento da companhia foi inferior a 21%.

Comentários:

A questão versa sobre a porcentagem de aumento no faturamento de uma companhia, que possui uma matriz e uma filial. Vamos aos cálculos:

Vamos supor que o faturamento total desta companhia é de R\$ 100.000,00.

Sabemos que a matriz é responsável por 60% do faturamento, ou seja, R\$ 60.000,00 (100.000 x 60%).

Da mesma forma, a filial é responsável por R\$40.000,00 de faturamento.

A questão informou que no último mês o faturamento da matriz sofreu um aumento de 30%. Para aumentarmos algo em 30%, basta multiplicarmos por 1,30, ou seja: 1 + 30%.

Portanto, o faturamento da matriz passou de R\$ 60.000,00 para R\$ 78.000,00. Vejamos:

$$60.000,00 \times 1,30 = 78.000,00$$

Observe que houve um aumento de R\$ 18.000,00.

Agora vamos utilizar o mesmo raciocínio para a filial.

A filial era responsável por R\$ 40.000,00 de faturamento, sendo que teve um aumento de 10%.

Multiplicando por 1,10 (1 + 10%), temos:

$$40.000 \times 1,10 = 44.000,00$$

Veja que na filial temos um aumento de R\$ 4.000,00.

Agora vamos responder o que a questão solicita:

Qual foi o aumento real no faturamento total da companhia?

Para respondermos esta pergunta, basta somarmos os valores de aumento da matriz e da filial e dividir pelo faturamento inicial. Ou seja, somaremos os valores de R\$ 18.000,00 e R\$ 4.000,00 e dividiremos por R\$ 100.000,00.

Aumento faturamento matriz: R\$ 18.000,00

Aumento faturamento filial: R\$ 4.000,00

Total do aumento: R\$ 22.000,00

$$\% \text{ de aumento total} = \frac{22000}{100000} = 0,22 \text{ ou } 22\%$$

Gabarito: Errado

25. Para organizar o arquivo morto de uma secretaria, são necessárias quatro secretárias, trabalhando cinco horas por dia, durante cinco dias. Caso fossem cinco secretárias, trabalhando duas horas por dia, então o arquivo morto seria organizado em 9 dias.

Comentários:

De acordo com o enunciado, temos as seguintes informações:

Nº de secretárias	Horas	Dias
4	5	5
5	2	x

Analisando as grandezas apresentadas, podemos concluir que:

- Quanto mais horas trabalhadas em um dia, menos dias necessários para a realização do trabalho. Assim, essas grandezas são **inversamente proporcionais**.
- Quanto mais secretárias trabalhando, menos dias necessários para realizar o trabalho. Ou seja, também estamos diante de grandezas **inversamente proporcionais**.

Dessa forma, invertemos as frações do número de horas e do número de secretárias:

$$\frac{5}{x} = \frac{2}{5} \times \frac{5}{4}$$

$$\frac{5}{x} = \frac{10}{20}$$

$$10x = 100$$

$$x = \frac{100}{10} = 10 \text{ dias}$$

Portanto, cinco secretárias trabalhando duas horas por dia organizarão o arquivo em 10 dias.

Gabarito: Errado

26. A máquina A enche um tonel em 8 minutos. A máquina B enche um tonel idêntico em 12 minutos. Iniciando o trabalho simultaneamente, porém de forma independente, as máquinas A e B encham, no total, 100 desses tonéis. Da quantidade de tonéis enchidos, a máquina A foi responsável por encher mais de 60 tonéis.

Comentários:

A questão pede a quantidade de tonéis enchidos que a máquina A foi responsável.

Sabemos que a máquina A enche um tonel em 8 minutos e a máquina B enche um tonel em 12 minutos.

Se analisarmos que em 8 minutos a máquina A enche 1 tonel, temos que em 24 minutos ela enche 3 toneis (24/8), e nestes mesmos minutos a máquina B enche apenas 2 toneis(24/12). Sendo assim:

Em 24 minutos são enchidos 5 toneis, sendo que a máquina A enche 3, ou seja, 60%.

Assim, se foram enchidos 100 tonéis, é só multiplicarmos por 60% que iremos encontrar a quantidade que a máquina A encheu.

Máquina A = 100 tonéis x 60% = 60 Tonéis.

Portanto, vejam que o gabarito está incorreto, pois a máquina A é responsável por encher exatamente 60 tonéis e não mais de 60.

Gabarito: Errado

27. Leia o texto a seguir para responder à questão.

Uma pequena empresa que emprega apenas cinco funcionários paga os seguintes salários mensais (em mil reais):

1,1	1,3	1,5	1,8	2,3
-----	-----	-----	-----	-----

Considerando-se a média dos salários, o valor do desvio do salário de quem ganha R\$ 1.600,00 mensais é igual a zero.

Comentários:

A questão cobra conceitos sobre medidas de dispersão.

Primeiramente precisamos calcular a média:

$$5 \bar{X} = \frac{1,1 + 1,3 + 1,5 + 1,8 + 2,3}{5} = \frac{8}{5} = 1,6$$

O salário médio é de R\$ 1.600,00.

Deste modo, o desvio da observação $X_i=1.600$ fica:

$$\text{Desvio} = X_i - \bar{X}$$

$$\text{Desvio} = 1.600 - 1.600 = 0$$

Gabarito: Correto

28. Enunciado para a questão.

Uma clínica médica utiliza um questionário para avaliar a qualidade do atendimento. A qualidade é classificada com notas de zero a 5, sendo zero, atendimento péssimo e 5, atendimento ótimo. Os resultados do questionário estão na tabela a seguir.

3	5	5	4	1	4	4	1	5	5
4	4	0	1	4	2	3	4	4	5
4	3	0	4	5	1	4	5	3	4
4	3	2	4	4	4	5	3	3	4

Após efetuar a respectiva distribuição de frequências, pode-se afirmar que 40% dos pacientes deram nota inferior a 3.

Comentários:

Vamos montar a tabela, organizando os dados e calculando a frequência acumulada.

Notas	Freq. Absoluta	Freq. Acumulada
0	2	2
1	4	6
2	2	8
3	7	15
4	17	32
5	8	40
Total	40	-

Agora, vamos analisar o que a questão apresenta:
40% dos pacientes deram nota inferior a 3.

Errado: Somente 8 dos 40 pacientes deram nota inferior a 3. O que representa 20%.

Gabarito: Errado

29. Jean e Renato têm, cada um, uma certa quantia em reais. Então, Renato deu a Jean uma parte do que tinha, de modo que Jean ficou com o triplo do que tinha e Renato ficou com metade do que tinha.

Inicialmente, Renato tinha metade da quantia de Jean.

Comentários:

A questão cobra conceitos sobre equação de primeiro grau.

Se Renato tinha "r" reais. Ele deu a Jean $r/2$ e ficou com $r/2$, que é metade do que tinha.

Jean tinha "m" reais, e após receber $r/2$ ficou com $3m$ que é o triplo do que tinha.

Calculando:

$$m + \frac{r}{2} = 3m$$

$$\frac{r}{2} = 3m - m$$

$$\frac{r}{2} = 2m$$

$$r = 4m$$

Logo a quantidade de dinheiro que Renato tinha inicialmente é o quadruplo do que Jean tinha.

Gabarito: Errado

30. A probabilidade de um determinado aluno acertar cada uma das duas últimas questões de uma determinada prova é 60%.

Acertar ou errar cada uma das questões são eventos independentes.

A probabilidade desse aluno errar as duas referidas questões é maior que 15%

Comentários:

A questão cobra conceitos de probabilidade.

Analisando a questão, temos 60% como a probabilidade de acertar a primeira questão. Em contrapartida, a probabilidade de errar a primeira questão é de 40% (100% - 60%).

Consequentemente a probabilidade de errar a segunda questão também é de 40%.

Agora devemos lembrar que quando os eventos são independentes, a probabilidade da intersecção é igual

ao produto das probabilidades. Ou seja, a probabilidade de errar as duas questões em seguida é dada pela multiplicação das duas probabilidades:

Sabemos que a probabilidade de errar cada uma das questões é de 40%, multiplicando temos:

$$0,40 \times 0,40 = 0,16 \text{ ou } 16\%$$

Assim, a probabilidade desse aluno errar as duas questões é de 16%, valor maior que 15%.

Gabarito: Correta

INFORMÁTICA

31. A suíte de protocolos TCP/IP é uma coleção de padrões de protocolos usada pela Internet para implementar a hierarquia de comunicação de sete níveis implementada na Internet.

Comentário: A suíte de protocolos TCP/IP é uma coleção de padrões de protocolos usada pela Internet para implementar a hierarquia de comunicação de quatro níveis implementada na Internet.

As quatro camadas são conhecidas como a camada de aplicação, a camada de transporte, a camada de rede e a camada de ligação. Uma mensagem normalmente tem origem na camada de aplicação. A partir disso, ela é passada para baixo pelas camadas de transporte e de rede enquanto é preparada para a transmissão e, por fim, é transmitida pela camada de ligação. A mensagem é recebida pela camada de ligação no destino e passada para cima na hierarquia até ser entregue à camada de aplicação no destino da mensagem.

Gabarito: E

32. O Protocolo de Controle de Transmissão (TCP – Transmission Control Protocol) e o Protocolo de Internet (IP – Internet Protocol) são os dois únicos protocolos para suas respectivas camadas existentes na suíte de protocolos TCP/IP.

Comentário: O Protocolo de Controle de Transmissão (TCP – Transmission Control Protocol) e o Protocolo de Internet (IP – Internet Protocol) são apenas dois protocolos nesta vasta coleção – o que torna o fato de a coleção inteira ser chamada de suíte de protocolos TCP/IP um tanto enganoso.

Gabarito: E

33. IP é o padrão da Internet para implementar as tarefas atribuídas à camada de enlace.

Comentário: IP é o padrão da Internet para implementar as tarefas atribuídas à camada de rede. Essas tarefas consistem no encaminhamento, que envolve o envio de pacotes pela Internet, e no roteamento, que envolve a atualização da tabela de encaminhamentos da camada para refletir condições mutáveis.

Gabarito: E

Sobre o sistema operacional Windows julgue os itens a seguir:

34. Para ter alguma ideia da atividade interna de um sistema operacional Windows®, da Microsoft®, é possível executar o programa utilitário Gerenciador de Tarefas, para tal devemos pressionar as teclas Ctrl, Alt e Delete simultaneamente.

Nome	Status	16%	64%	3%	0%	33%	Mecanismo d...	Uso de energia	Tendência de ...
		CPU	Memória	Disco	Rede	GPU			
Aplicativos (9)									
Google Chrome (9)		0%	485,7 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
Gerenciador de Tarefas		0,8%	32,3 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
Kernel (32 bits)		0%	60,1 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
Microsoft Edge (18)		0,2%	496,0 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
Paint		0,4%	14,2 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
PowerPoint		0,3%	118,0 MB	0 MB/s	0 Mbps	0,2%	GPU 0 - 3D	Muito baixo	
vMix		7,3%	473,5 MB	0 MB/s	0 Mbps	32,0%	GPU 0 - 3D	Muito alto	
Windows Explorer (5)		0,2%	124,5 MB	0,1 MB/s	0 Mbps	0%		Muito baixo	
Word		0,1%	65,8 MB	0 MB/s	0 Mbps	0%	GPU 0 - 3D	Muito baixo	
Processos em segundo plano (136)									

Comentário: Item correto. Observe a lista de processos na minha máquina no momento em que eu preparo este simulado. A título de curiosidade o vMix é o programa que eu uso para gravação e transmissão das aulas pelo YouTube.

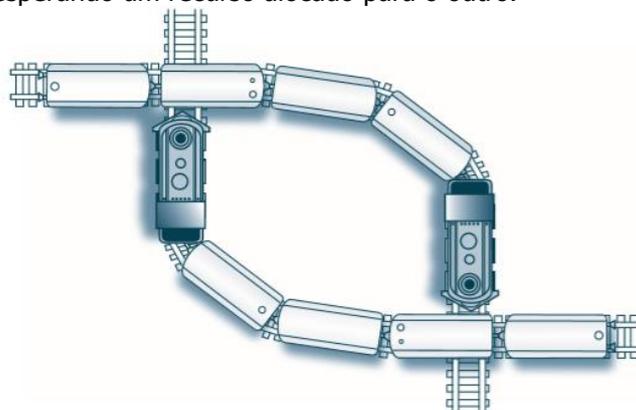
Gabarito: C

35. Ao selecionar a aba de Processos na janela do Gerenciador de Tarefas, você pode ver a tabela de processos.

Comentário: Alternativa correta. Realize um experimento: olhe a tabela de processos antes de ativar qualquer programa aplicativo. Você ficará surpreso com a quantidade de processos que já estão na tabela. Eles são necessários para a operação básica do sistema. Agora, ative uma aplicação e confirme que um processo adicional entrou na tabela. Você também será capaz de ver quanto espaço de memória foi alocado para o processo

Gabarito: C

36. Um problema que pode surgir durante a alocação de recursos nos sistemas operacionais são os impasses (deadlock), que ocorrem quando dois ou mais processos são impedidos de progredir porque cada um está esperando um recurso alocado para o outro.



Comentário: Alternativa está correta. Gostaria de mostrar uma figura que ilustra bem o que acontece em um deadlock:

Veja que os dois trens estão impedidos de progredir. Um está esperando ou outro sair da frente para seguir seu caminho. O mesmo ocorre quando em um sistema operacional dois processos estão esperando ciclicamente por recursos utilizados pelo outro processo.

Gabarito: C

Sobre computação na nuvem, julgue os itens abaixo.

37. Há três modelos básicos de computação em nuvem disponíveis para as empresas pública, privada e holística.

Comentário: Há três modelos básicos de computação em nuvem disponíveis para as empresas:

Nuvem pública: a nuvem pública é uma infraestrutura de nuvem compartilhada que é pertencente a um provedor que se preocupa com a entrega da infraestrutura como um serviço. Essa nuvem é mantida e gerenciada por um provedor como Amazon Web Services ou Microsoft Azure. Os principais benefícios da nuvem pública são: capacidade de expansão sob demanda e preços com pagamento conforme o uso.

Nuvem privada: este tipo de nuvem funciona por trás de um firewall na intranet de uma organização, sendo hospedada em um data center dedicado, próprio da organização. A infraestrutura de nuvem privada pode ser configurada e gerenciada de acordo com as necessidades individuais de uma empresa.

Nuvem híbrida: como o próprio nome sugere, o modelo de nuvem híbrida permite às empresas utilizar tanto soluções de nuvem pública quanto privada. Com a

nuvem híbrida, as organizações podem tirar proveito dos pontos fortes de cada modelo de nuvem, de modo a permitir flexibilidade e capacidade de expansão, além de proteger as operações e os dados confidenciais.

Gabarito: E.

38. Computação em nuvem é um modelo que possibilita acesso, de modo conveniente e sob demanda, a um conjunto de recursos computacionais configuráveis que podem ser rapidamente adquiridos e liberados com mínimo esforço gerencial ou interação com o provedor de serviços.

Comentário: Observamos uma definição correta de computação na nuvem. "A nuvem" não é um lugar, mas um método de gerenciar os recursos de TI substituindo máquinas locais e data centers particulares por uma infraestrutura virtual. Nesse modelo, os usuários acessam recursos virtuais de computação, rede e armazenamento disponibilizados online por um provedor remoto. Esses recursos podem ser provisionados de forma instantânea, o que é particularmente útil para companhias que precisam dimensionar sua estrutura, para mais ou para menos, na hora de responder às flutuações na demanda.

Gabarito: C

Sobre segurança da informação julgue os itens abaixo.

39. Política de segurança de informações é um conjunto de princípios que norteiam a gestão de segurança de informações e que deve ser observado pelo corpo técnico e gerencial e pelos usuários internos e externos.

Comentário: Alternativa correta. As diretrizes estabelecidas nesta política determinam as linhas mestras que devem ser seguidas pela instituição para que sejam assegurados seus recursos computacionais e suas informações.

Gabarito: C

40. O Telésforo Hacker obtém acesso não autorizado ao seu computador e lê todas as informações contidas na sua declaração de Imposto de Renda. Tal ação é um exemplo de quebra da propriedade de integridade dos dados.

Comentário: Neste caso temos uma quebra da propriedade de confidencialidade. Vamos aproveitar para relembrar as definições das propriedades de segurança da informação:

Confidencialidade – é a necessidade de garantir que as informações sejam divulgadas somente para aqueles que possuem autorização para vê-las.

Integridade – é a necessidade de garantir que as informações não tenham sido alteradas acidentalmente ou deliberadamente, e que elas estejam corretas e completas.

Disponibilidade – é a necessidade de garantir que os propósitos de um sistema possam ser atingidos e que ele esteja acessível àqueles que dele precisam.

Gabarito: E

DIREITO ADMINISTRATIVO

41 Ao servidor público federal é proibido, exceto em situações de emergência ou transitórias, atribuir a outro servidor designações estranhas ao cargo que ocupa.

GABARITO: ERRADO

Conforme o art. 117, XVII, da Lei 8112/90, não é suficiente que uma situação seja meramente transitória, para autorizar o cometimento a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, mas é necessário que seja transitória e emergencial.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

42. Um servidor público federal que venha a ter sua aposentadoria cassada e que esteja em débito com o possui o prazo de sessenta dias para realizar a quitação.

GABARITO: CERTO.

A assertiva está de acordo com o disposto no art. 47 da Lei 8.112/90, o qual estabelece o prazo de 60 dias para o adimplemento do débito em tais casos.

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

43. Caso um servidor receba valores relativos a diárias, mas, contudo, não venha a se afastar da sede, por motivos de força maior, ficará obrigado a restituir o valor integralmente, no prazo de 5 dias.

GABARITO: CERTO.

Dessa forma, ainda que venha a existir um motivo de força maior, esse não é suficiente para afastar a obrigatoriedade de restituição de valores recebidos a título de diária - o art. 59 da Lei 8.112/90 é claro ao não fazer distinção quanto aos motivos.

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

44. A revogação de atos administrativos vinculados deve observar tão somente os critérios de conveniência e oportunidade pela administração pública.

GABARITO: ERRADO

Os atos vinculados não comportam juízo de oportunidade e conveniência.

45. É possível a participação do setor privado no capital social de uma empresa pública.

GABARITO: ERRADO

Na verdade, o capital das empresas públicas é integralmente público, de modo que não há possibilidade de participação direta de participação do setor privado no capital das empresas públicas.

46. Um Policial Rodoviário Federal, ao trafegar na rodovia, dentro dos limites de velocidade e respeitando as demais normas de trânsito, acaba por atropelar um indivíduo que, com intenções suicidas, se atira em frente à viatura. Uma vez que a teoria adotada pelo nosso ordenamento jurídico é a teoria do risco administrativo, não haverá responsabilização do estado no caso concreto.

GABARITO: CERTO.

Nesse caso, há culpa exclusiva da vítima, afastando integralmente a responsabilidade do estado.

47. A doutrina classifica o parecer como sendo um ato enunciativo.

GABARITO: CERTO

Segundo Hely Lopes Meirelles, atos enunciativos são atos por meio dos quais a Administração atesta ou reconhece uma situação de fato ou de direito. Por exemplo, atestados, pareceres e apostilas.

48. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, tendo como uma de suas atribuições julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

GABARITO: CERTO.

A assertiva está em conformidade com o art. 71, II, da Constituição Federal:

Art. 71 - O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público

49. No processo licitatório, as minutas de contratos devem ser previamente aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

GABARITO: CERTO.

A assertiva está de acordo com o disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93:

Art. 38. (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

50. João, cidadão à luz do ordenamento jurídico pátrio, percebeu que havia irregularidades em um edital licitatório publicado pela prefeitura local. Nesse caso, mesmo sem ser licitante, João possui legitimidade para impugnar o referido instrumento convocatório, desde que obedece ao prazo estipulado em lei.

GABARITO: CERTO.

Exato – qualquer cidadão pode impugnar edital de licitação, no devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, consoante o art. 41, § 1º, da Lei 8.666/93:

Art. 41. (...)

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. A prestação de assistência religiosa é assegurada nas entidades militares de internação coletiva.

GABARITO: CERTO

Conforme o art. 5º, VII, da Constituição Federal, o direito à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva é assegurado, nos termos da lei.

Art. 5º (...)

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

52. A CF/88 assegura aos trabalhadores o direito de greve, devendo o decreto definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

GABARITO: ERRADO.

Realmente a CF/88 garante aos trabalhadores o direito de greve, porém, será a lei, e não o decreto, que definirá as atividades e serviços essenciais, conforme determinam o § 1º e o caput do art. 9º, do texto constitucional:

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

53. Os símbolos da República Federativa do Brasil são a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ter símbolos próprios.

GABARITO: CERTO.

O item está de acordo com o que preleciona a nossa Carta Maior, nos §§ 1º e 2º, do art. 13, conforme veremos a seguir:

Art. 13. (...)

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

54. Considerando que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, a dissolução da sociedade conjugal no curso do mandato afasta a referida inelegibilidade, conforme jurisprudência do STF.

GABARITO: ERRADO.

Diferente do que foi afirmado na sentença, o STF decidiu, na Súmula Vinculante 18, que a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade levantada no enunciado, que é a prevista no art. 14, § 7º, da CF. Confira:

Súmula Vinculante 18:

A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

CF, art. 14, § 7º:

São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

55. A ação de impugnação de mandato eleitoral pode ser ajuizada em até 10 dias antes da diplomação.

GABARITO: ERRADO.

Na verdade, o prazo em questão é de 15 dias a contar da diplomação e não em até 10 dias antes desta.

Art. 14 (...)

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

56. Independentemente de qual seja a modalidade do depósito, é ilícita a prisão civil de depositário infiel, consoante entendimento do STF.

GABARITO: CERTO.

Foi exatamente o que concluiu o Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 25:

É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

57. No estado de defesa, a Mesa do Congresso Nacional deverá designar Comissão para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas.

GABARITO: CERTO.

O item está em conformidade com o que dispõe o art. 140 da Constituição Federal, confira:

Art. 140. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

58. A segurança pública é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares. Nada obstante, não é defeso aos Municípios constituir guardas municipais para assegurar a incolumidade do patrimônio municipal.

GABARITO: CERTO.

O rol de órgãos apresentado no enunciado está de acordo com o previsto nos incisos I a V do art. 144 da CF/88, que é taxativo.

Além disso, de fato, a Constituição (art. 144, § 8º) garante aos Municípios a possibilidade de constituir guardas municipais, com a finalidade de proteção de seu patrimônio – precisamente, seus bens, serviços e instalações.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(...)

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

59. A Constituição Federal fala expressamente em dois órgãos de segurança pública que exercem a função de polícia judiciária: a polícia civil e a polícia federal.

GABARITO: CERTO.

A assertiva está de acordo com o disposto no art.144, § 1º, IV, e § 4º, da Constituição Federal:

Art. 144 (...)

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

(...)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

(...)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

60. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

GABARITO: CERTO.

É exatamente o que determinam o caput e § 1º, inciso III, do art. 225 da CF/88, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PENAL**

61. Analise a assertiva e julgue o item abaixo.

Felipe, num contexto de violência doméstica e familiar, atira em Mariana, sua companheira, grávida de 5 meses, que em razão dos disparos vem a falecer.

Neste caso, Felipe responderá por feminicídio, podendo sua pena ser aumentada de 1/3 até a metade.

Comentários:

Matheus cometeu o delito previsto no art. 121, §2º, VI do CP (feminicídio).

O feminicídio está previsto no inciso VI do parágrafo 2º do art. 121 do Código Penal. Trata-se de figura qualificada do homicídio doloso. Para ser enquadrado no feminicídio, não basta a vítima do homicídio ser mulher. É preciso que o crime tenha sido cometido contra uma mulher por razões da condição do sexo feminino.

Na verdade, trata-se de um crime cometido por razões de gênero.

O próprio CP, no §2º-A do art. 121, define o que são "razões da condição do sexo feminino", nos seguintes termos:

"§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)."

No caso em tela, o homicídio que Matheus cometeu se inseria em um contexto de violência doméstica. Logo, se trata de feminicídio.

Considerando que a vítima estava grávida, incide a causa de aumento de pena prevista no §7, Iº, nos seguintes termos:

"§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;"

GABARITO CERTO.

62. Guilherme, após ser repreendido por um policial federal que se encontrava no exercício de sua função, inconformado, desfere socos e pontapés no agente da lei, causando-lhe várias lesões pelo corpo.

Neste caso, Guilherme responderá por lesão corporal sem qualquer aumento de pena, tendo em vista que sofrer violência é risco inerente à atividade policial.

Comentários:

Guilherme responderá por lesão corporal (cujas penas variam de acordo com a gravidade dos ferimentos causados), tendo sua pena aumentada de 1/3 a 2/3, pelo fato de a lesão ter sido praticada contra policial federal (autoridade descrita no art. 144 da Constituição da República), nos termos do § 12 do art. 129 do Código Penal:

"§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)"

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares."

GABARITO. ERRADO.

63. José, em janeiro de 2019, se aproveitando da superlotação de um coletivo, pratica automas-turbação e ejacula nas costas de Maria, passageira que se encontrava próximo a ele na condução.

Neste caso, José responderá pelo delito de estupro, tendo em vista a prática de atos libidinosos contra a vontade da vítima.

Comentários:

José cometeu o crime de "Importunação Sexual", introduzido no CP em 2018 pela Lei 13.718:

Importunação sexual (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria

lascívia ou a de terceiro: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)”

Não se trata de estupro, pois não houve violência e grave ameaça previstas no art. 213 do CP:

“Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.”

Somente podem responder pelo delito quem tenha praticado as condutas a partir de 25/09/18, da-ta da entrada em vigor da nova lei.

GABARITO. ERRADO.

64. No dia de natal de 2018, Fabricio, querendo presentear seu filho, se dirigiu a uma agência bancária e com o emprego de explosivos, subtraiu valores dos caixas eletrônicos.

Neste caso, Fabricio responderá por furto qualificado.

Comentários:

A lei 13.654/18 acrescentou o §4º-A ao art. 155 do Código Penal, prevendo uma nova qualificadora para o furto:

“Furto qualificado

§ 4º-A A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.” (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

A intenção do legislador ao criar essa forma qualificada foi punir com mais rigor os furtos realizados nos caixas eletrônicos localizados nas agências bancárias e em outros estabelecimentos comerciais, tendo em vista o aumento do número de casos dessa modalidade de crime.

Assim, a qualificadora incide nos casos de uso de explosivo como meio para a subtração.

Antes da alteração legal, quem praticava furto explodindo caixas eletrônicos respondia normalmente pelo art. 155, §4º, I, em concurso formal com o delito do art. 251, §2º do CP.

Com a alteração legal, não há que se falar em concurso, porque seria bis in idem. Assim, o agente que praticar

tal furto a partir da entrada em vigor da lei, responde somente pelo §4º-A do CP.

GABARITO: CERTO.

65. João Carlos adquiriu de José um computador, sabendo que se tratava de produto furtado de uma repartição pública.

Neste caso, João responderá por receptação simples, prevista no caput do art. 180 do CP.

Comentários:

No caso da assertiva, João responderá por receptação qualificada, tendo em vista que se tratava de bem do patrimônio público, nos seguintes termos:

“Receptação

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Receptação qualificada

§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.531, de 2017)”

GABARITO: ERRADO.

66. Segundo entendimento do STJ, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do acusado, caberá a defesa apresentar prova acerca da origem lícita da res ou de sua con-dita culposa.

Comentários:

A receptação é crime material ou causal e se consuma no instante em que o agente adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta a coisa produto do crime.

Os núcleos (verbos) do tipo penal, adquirir e receber, que constituem a receptação, caracterizam crime instantâneo, aperfeiçoando-se em momento determinado, sem continuidade de tempo.

Por outro lado, os núcleos transportar, conduzir ou ocultar, caracterizam crime permanente, cuja consumação prolonga-se no tempo, por vontade do agente. Isso é importante para se determinar o tempo do crime, e, conseqüentemente, saber qual a legislação será aplicada ao caso concreto, maté-ria estudada na nossa primeira aula, a teor do que preconiza a Súmula nº 711 do STF.

Ademais, a Receptação é crime acessório, de fusão ou parasitário, cuja existência depende da prá-tica anterior de outro crime, chamado de principal.

Entretanto, apesar de acessório, existe independência entre a receptação e o crime anterior, de mo-do que a extinção da punibilidade do crime anterior, não impede a caracterização do crime e a pu-nição do seu responsável.

Outrossim, destacamos que, de acordo com o entendimento do STJ, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do acusado, caberá a defesa apresentar prova acerca da ori-gem lícita da res ou de sua condita culposa.

Veja:

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO.

INADEQUAÇÃO. RECEPTAÇÃO DOLOSA. NULIDADE DO ACÓRDÃO NÃO EVIDENCIADA.

SUPOSTA CARÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO DIRETO DO RÉU. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 156 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada

a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. Na razões recursais, a defesa limitou-se a pugnar pelo reconhecimento da au-sência de dolo direto, o que implicaria absolvição por carência de provas, sem que tenha sido deduzido pedido de desclassificação da conduta para a modalidade tentada. Tal fundamento, por certo, foi rechaçado na decisão colegiada, que entendeu ter havido a inversão do ônus probatório, porquanto o réu foi surpreendido em poder do produto do crime, tendo a defesa deixado de demonstrar a natureza lícita da res ou, ainda, que o agente desconhecia que a coi-sa havia sido obtida por meio criminoso.

Nesse passo, não há se falar em carência de fundamentação idônea e, por consectário, em nulidade do acórdão proferido no julgamento do apelo defensivo. 3. A conclusão das instâncias ordinárias está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, sem que se possa falar em inversão do ônus da prova. .

4. Se as instâncias ordinárias, com esteio nos elementos de prova amealhados no curso na instrução penal, concluíram pela materialidade e autoria delitivas, a pretensão de absolvição do réu ou de desclassificação da conduta para sua forma culposa demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com via do writ. Precedentes.

5. O simples fato de o agente ter pago pelo bem não afasta a tipicidade do crime de recepta-ção, pois, tratando-se de crime plurissubsistente, em sua modalidade adquirir, a obtenção do bem pode se dar de forma gratuita ou onerosa. 6. Nos termos do reconhecido nos autos, o paciente dedica-se à compra e venda de veículos e, portanto, a natureza da atividade laboral por ele exercida denotaria, em princípio, a prática do crime de receptação qualificada, ao qual é imposta pena bastante superior àquela aplicada na modalidade simples, dado o maior grau de censura do comportamento.

7. Habeas corpus não conhecido.

(HC 388.640/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017).”

No mesmo enfoque, mesmo que desconhecido ou isento de pena o autor do crime antecedente, a recepção será punível.

GABARITO: CERTO.



67. Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, é possível que um homicídio seja ao mesmo tempo qualificado e privilegiado.

Comentários:

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:
Pena - reclusão, de seis a vinte anos.
Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:
I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;
II - por motivo fútil;
III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;
IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:
Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Doutrina e jurisprudência entendem pela possibilidade da existência do homicídio qualificado-privilegiado, desde que a haja compatibilidade lógica entre a qualificadora e o privilégio.

Em regra, pode-se aceitar a existência concomitante entre qualificadoras objetivas com as circunstâncias legais do privilégio, de ordem subjetiva, não podendo, entretanto, a concomitância de qualificadora subjetiva, com privilégio, também subjetivo.

O raciocínio é lógico aqui. Como imputar, por exemplo, a qualificadora motivo fútil e ao mesmo tempo o privilégio do crime cometido por motivo de relevante valor moral?

Esquemmatizando:

Privilégio (art. 121, §1º, CP)	Qualificadoras (art. 121, §2º, CP)
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relevante valor social ou moral ✓ Violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima; <p style="text-align: center;">SUBJETIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> I. Mediante paga ou promessa de recompensa, ou motivo torpe = SUBJETIVA; II. Motivo Fútil = SUBJETIVA III. Veneno, Fogo, Explosivo, Asfixia, Tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum = OBJETIVA IV. Traição, Emboscada, Dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido = OBJETIVA V. Para assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime = SUBJETIVA.

Explicando, o privilégio do §1º (SUBJETIVO), não pode ser imputado concomitantemente com as qualificadoras I, II e V (SUBJETIVAS). Entretanto, nada impede a aplicação do Privilégio (SUBJETIVO) juntamente com as qualificadoras III e IV (OBJETIVAS). Isto, porquanto não há incompatibilidade lógica entre aquela e essas.

GABARITO: CERTO.

68- Não existe previsão no CP brasileiro, do delito de tráfico de pessoas, tratando-se apenas de construção doutrinária.

Comentários:

A questão versa sobre o crime do art. 149-A, CP.

Tráfico de Pessoas

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
 - II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
 - III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
 - IV - adoção ilegal; ou
 - V - exploração sexual.
- Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:
I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;
II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;
III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou



IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

Trata-se de crime formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado, consumando-se com a conduta de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou recolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos, ou qualquer parte do corpo da pessoa traficada, ou submetê-la a trabalho escracho, qualquer tipo de servidão, adoção ilegal ou exploração sexual, ainda que essa finalidade não venha a ser efetivamente alcançada pelo agente

“ O crime de tráfico de pessoas – Lei 11.106, de 28.3.2005, que alterou a redação do art. 231 do Código Penal, de tráfico de mulheres para tráfico internacional de pessoas – consuma-se com a entrada ou a saída da pessoa, homem ou mulher, seja ou não prostituída, do território nacional, independentemente do efetivo exercício da prostituição – basta ir ou vir a exercer a prostituição -, e ainda que conte com o consentimento da vítima. (STF, HC 126265 MC, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 18/02/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-034 DIVULG 20/02/2015 PUBLIC 23/02/2015).”

GABARITO: ERRADO.

69- Marina, a fim de comemorar sua aprovação no mestrado, se embriagou voluntariamente. Percebendo o descontrole da amiga, Fernanda tentou convencer Marina a ir para casa se recuperar. Irritada com a insistência de Fernanda, Marina lhe desferiu socos e chutes, causando-lhe diversas lesões. Nessa situação, por conta da embriaguez, Marina não responderá pelas lesões pro-vocadas em Fernanda.

Comentários:

No caso da questão a embriaguez de Marina foi não acidental, sendo voluntária ou culposa. Nestes casos, o agente não fica isento de pena, mesmo que ao tempo da ação ou omissão seja inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Se a sua ação, como diz a teoria da actio libera in causa, foi livre na causa, ou seja, no ato de ingerir bebida alcoólica, poderá o agente ser responsabilizado criminalmente pelo resultado.

A embriaguez voluntária (dolosa) e a culposa, não afasta a imputabilidade do agente.

“Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal:

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.”

A redução de pena, prevista no artigo 28, § 2º, do CP, ocorre somente nos casos em que a embriaguez for proveniente de caso fortuito ou força maior, o que não é o caso narrado na questão.

Lembrando que a embriaguez pode ser:

(i) Não acidental, sendo voluntária ou culposa. Nestes casos, o agente não fica isento de pena, mesmo que ao tempo da ação ou omissão seja inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, podendo o agente ser responsabilizado criminalmente pelo resultado.

(ii) Acidental, fortuita ou involuntária. É a embriaguez que decorre de caso fortuito ou força maior, tendo duas consequências possíveis: se completa, exclui a imputabilidade (§ 1º). Se incompleta, responde o agente pelo crime com diminuição da pena (§ 2º).

(iii) Patológica. Dependendo do caso, pode receber o mesmo tratamento dispensado aos inimputáveis em razão de anomalia psíquica (artigo 26, caput, ou § único, do CP).

(iv) Preordenada. Hipótese em que o sujeito se embriaga proposadamente para cometer um crime.

A alternativa “c” já nos deu a dica quando aduziu que “Elizeu ingeriu, sem saber, bebida alcoólica, pensando tratar-se de medicamento que costumava guardar em uma garrafa”

GABARITO: ERRADO.

70. De acordo com o Código Penal, os crimes contra a dignidade sexual serão processados medi-ante ação penal pública incondicionada.

Comentários:

É a atual redação do art. 225 do CP, dada pela lei 13.718/18:

“Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública incondicionada. (Redação dada pela Lei nº 13.718, de 2018)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.718, de 2018.)

Antes da alteração legislativa, os crimes eram processados mediante ação pública condicionada à representação do ofendido.

GABARITO: CERTO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

71, Ainda que no relatório do inquérito policial a autoridade policial constatar que não há indícios de autoria do indiciado, não poderá arquivar os autos do inquérito.

GABRITO: Certo.

A assertiva está correta, o delegado de polícia não pode mandar arquivar os autos do inquérito:

Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

72) Apesar do caráter sigiloso do inquérito, o advogado do indiciado pode ter amplo acesso aos autos do mesmo, não podendo ter acesso a diligências não documentadas nos autos do inquérito.

GABARITO: Certo.

A assertiva está correta, em consonância com a sumula vinculante 14 do STF:

“É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”

73) A consequência processual da declaração de ilegalidade de determinada prova obtida com violação às normas constitucionais ou legais é o desentranhamento da mesma do processo.

GABARITO: Certo.

A assertiva está correta, de acordo com o art. 157 do CPP:

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

74) Após a realização de inquérito policial iniciado mediante requerimento da vítima, Felipe foi indiciado pela autoridade policial pela prática do crime de Roubo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal o prazo legal para que o delegado de polícia termine o inquérito policial é de quinze dias, se Felipe estiver solto, ou de dez dias, se preso preventivamente pelo juiz, contado esse prazo, em ambos os casos, da data da portaria de instauração.

GABARITO: Errado.

A assertiva está errada, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, contando-se no primeiro caso da data da prisão do agente e no segundo da portaria de instauração do inquérito:

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

75) Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá determinar, se necessário, acareações e proceder perícias.

GABARITO: Certo

A assertiva está correta, nos termos do art. 6 do CPP:

Art. 6o Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

76) A previsão constitucional de publicidade dos atos processuais é aplicada inteiramente ao inquérito policial.

GABARITO: Errado.

A assertiva está errada, o inquérito policial é um procedimento sigiloso:

Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

77) A situação em que um indivíduo é preso em flagrante delito por ser surpreendido logo após cometer um homicídio caracteriza um flagrante presumido.

GABARITO: Errado

A assertiva está errada, a doutrina classifica este flagrante como próprio.

78) Mário subtraiu o carro de Lívia mediante grave ameaça exercida com arma de fogo. Após a prática do ato, ele fugiu do local dirigindo o veículo em alta velocidade, mas foi perseguido por outros condutores que passavam pela via e atenderam ao pedido de ajuda da vítima.

Embora a perseguição realizada por pessoas da sociedade civil seja importante para as investigações porque propicia a recuperação do veículo e a identificação do autor do fato, esse tipo de perseguição não caracteriza situação de flagrância.

GABARITO: Errado

A assertiva está errada, pois, qualquer um do povo pode realizar uma prisão em flagrante, portanto, no caso da questão estará sim configurado flagrante:

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

79) A confissão do acusado não suprirá o exame de corpo de delito, mesmo que os vestígios da infração tenham desaparecido.

GABARITO: Certo.

A assertiva está correta, a confissão do acusado não supre a necessidade de exame de corpo de delito:

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

80) Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, duas pessoas idôneas com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.

GABARITO: Certo.

A assertiva está correta, nos termos do art. 159, § 1o, do CPP:

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

QUESTÃO DISCURSIVA

Pessoal, conforme trabalhamos nos nossos cursos de discursivas do Estratégia Concursos, estruturaremos nosso texto com respostas diretas a cada tópico questionador. Trata-se, pois, da aplicabilidade prática das Estruturas Modernas (formal e conceitual) do texto. O comando da questão trouxe sete tópicos, motivo pelo qual não seria viável utilizar as estruturas clássicas, com parágrafos de introdução e fechamento.

PROPOSTA DE SOLUÇÃO

O Inquérito Policial (IP) é o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo [Tópico I]. Dentre as suas características, destaca-se o fato de ser um procedimento administrativo, inquisitivo, escrito e sigiloso. [Tópico II]

Devido à sua inquisitorialidade, não há direito a contraditório e ampla defesa, o que justifica seu valor probatório relativo, tendo como principal função auxiliar na formação da opinião do titular da ação penal, para que esse ofereça a denúncia ou queixa. Nesse sentido, regra geral, o juiz não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente com base nos elementos informativos colhidos no IP, conforme prevê o Código de Processo Penal. [Tópico III]

Também é característica do IP ser um procedimento dispensável, visto que os elementos necessários ao oferecimento da denúncia podem ser obtidos por outra fonte. Assim, caso o Ministério Público (MP) já possua suporte probatório mínimo (indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito), a ação penal pode ser intentada, independentemente da existência do IP. [Tópico IV]

A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, a qual dependerá de representação da autoridade policial ou de requerimento do MP, conforme expressa disposição legal. Desse modo, pode-se afirmar que, na situação considerada, nos moldes em que foi decretada, a prisão temporária de João foi ilegal. [Tópico V]

Por fim, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é direito do advogado ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório. Assim, o acesso do advogado de João aos autos do Inquérito Policial é possível, restringindo-se, contudo, o acesso às diligências em andamento e ainda não documentadas no Inquérito. [Tópico VI]

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>



FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	



29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Policial-04>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos para alunos assinantes. Trilhas, Monitorias, Simulados, e muito mais...



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/assinaturas/>